

Instituto Social Saúde Resgate a Vida

Contrato Gestão nº 078/2019 - Prefeitura Municipal de Várzea Paulista - CNPJ 07.900.613/0001-24
Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores Independentes

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em Reais			
ATIVO CIRCULANTE	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa			
- com restrição	3	30.962	30.962
Emprestimos a terceiros		209.929	190.524
Outros créditos		2.769	15.129
Subvenções a receber	4	22.122	18.518
Total do ativo circulante		265.782	255.133
TOTAL DO ATIVO		265.782	255.133

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em Reais

1. Contexto Operacional: A Entidade - O Instituto Social Saúde Resgate a Vida é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica constituída juridicamente em 15/01/2006, com o estatuto devidamente registrado no Registro das Pessoas Jurídicas Comarca de Coitia - SP sob nº 60. 558. Sua administração é dirigida pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Superintendência Geral e Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia de Associados e colaboradores. Dentre seus objetivos, o ISSRV prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, artigo 4º) promover e prestar atividades assistenciais, no âmbito da saúde, de natureza médico-hospitalar, diagnóstica e/ou ambulatorial, a toda população, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo ou religião. Promover e incentivar o desenvolvimento, a pesquisa e a capacitação de recursos humanos na área da saúde em diversos níveis. Apoiar a investigação científica na área das ciências da saúde, bem como contribuir para a realização de pesquisas de referência através de projetos, com ajustes congêneres com outras instituições, de natureza pública ou privada, de ensino, pesquisa ou assistência à saúde, prestar serviços e consultorias. Produzir e disponibilizar material didático, entre outros.

Unidade Gerenciada - Em 21 de dezembro de 2019 foi celebrado o contrato de gestão nº 072/2019 entre a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista e o Instituto Social Saúde Resgate a Vida, para o Contrato do Hospital Municipal Dr. Alcípio Oliveira Junior e da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Compreendendo a administração, manutenção, gerenciamento da prestação dos serviços de saúde desta unidade. O contrato de Gestão possui o prazo de 180 dias de vigência, com valor global estimado de R\$ 6.226.855. O contrato foi encerrado em setembro/2020. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas

Ricardo Emiliano Rodrigues Sanchez
Presidente - CPF: 052.223.806-88

As administradores do INSTITUTO SOCIAL SAÚDE RESGATE A VIDA - Contrato Gestão nº 078/2019 - Prefeitura Municipal de Várzea Paulista - CNPJ 07.900.613/0001-24 - Várzea Paulista - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO SOCIAL SAÚDE RESGATE A VIDA Contrato Gestão nº 078/2019 - Prefeitura Municipal de Várzea Paulista CNPJ 07.900.613/0001-24, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, as respectivas demonstrações do resultado do exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SOCIAL SAÚDE RESGATE A VIDA Contrato Gestão nº 078/2019 - Prefeitura Municipal de Várzea Paulista CNPJ 07.900.613/0001-24 em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase:** Conforme nota explicativa nº 01, em 21 de dezembro de 2019 foi celebrado o contrato de gestão nº 072/2019 entre a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista e o Instituto Social Saúde Resgate a Vida, para o Contrato do Hospital Municipal Dr. Alcípio Oliveira Junior e da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Compreendendo a administração, manutenção, gerenciamento da prestação dos serviços de saúde desta unidade. O contrato de Gestão possui o prazo de 180 dias de vigência, com valor global estimado de R\$ 6.226.855. O contrato foi encerrado em setembro/2020. **Respon-**

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em Reais			
RECEITAS	Nota	2021	2020
Recorta de gestão pública	10	3.604	11.145.528
Recargas financeiras		-	27
Total de receitas		3.604	11.145.555
Com pessoal e encargos		(3.762.224)	-
Materiais e Medicamentos		(1.323.698)	-
Serviços de Terceiros		(4.103.256)	-
Despesas administrativas		(1.897.540)	-
Financeiras		(58.937)	-
Total das despesas		(3.604)	(11.145.555)
Superávit/(Déficit) do exercício		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

7. Obrigações Sociais e Fiscais: As obrigações sociais e fiscais são compostas pelas seguintes contas, no exercício de 2021:

	2021	2020
PIS a Recolher	249	1.659
IRRF s/ Folha a Recolher	4.543	4.543
IRRF s/ Terceiros a Recolher	620	618
PIS/COFINS/CSLL Terceiros a Recolher	1.920	1.920
Salários a Pagar	-	3.293
INSS a Recolher	8.671	8.674
FGTS a Recolher	-	6.724
Total	16.003	26.431

8. Apuração do Resultado: Em conformidade com o item 12 da Resolução 1.305/10 NBC TG 07 R1, o resultado do exercício é apurado seguindo regime de competência. Ao final do exercício as receitas e despesas são confrontadas de maneira que o resultado apurado seja sempre "zero", a fim de que o resultado não interfira no Patrimônio da Instituição. **9. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas da entidade, bem como as despesas são apuradas mensalmente ao regime de Competência. As receitas são apuradas através dos comprovantes de recebimento, bem como suas despesas através das Notas Fiscais e recibos, conforme as exigências da Lei. Tanto as receitas como as despesas, para efeito de prestação de contas estão demonstradas através do "Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas Contrato de Gestão - Anexo RP 08".

10. Receita de Gestão Pública:			
	2021	2020	
Receita de Gestão Pública	3.604	11.145.528	
Total	3.604	11.145.528	
11. Serviços de Terceiros:	2021	2020	
Serviços de Imagem	-	331.808	
Serviços Médicos	-	3.214.968	
Serviços de Terceiros	-	214.480	
Serviços de Controle de acesso	-	342.000	
Total	-	4.103.256	

Vanessa da Silva Laurindo Mota
Contadora - CT CRC: 15P238505/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de aquisição e continuidade operacional, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, o que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, os auditores exercem julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Não emitimos opinião sobre a estrutura ou o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossa auditoria. São Paulo, 6 de maio de 2022.

SGS
SGS Auditores Associados S/S Ltda
CRC 2 SP 024.456/0-4

Presley José Godoy
Contador
CRC 1 SP 185.052/O-5

Instituto Social Saúde Resgate a Vida - Mococa

Contrato Gestão Nº 058/2020 - Prefeitura Municipal de Mococa - CNPJ 35.167.325/0001-48

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em Reais			
ATIVO CIRCULANTE	Nota	2021	2020
Aplicações financeiras			
- com restrição	3	411	706.459
Emprestimos a terceiros	4	1.822.831	1.561.111
Outros créditos		21.200	80.787
Estoque - com restrição	5	-	259.988
Subvenções a receber	6	6.421.966	21.549.795
Total do ativo circulante		8.266.412	24.178.140
TOTAL DO ATIVO		8.266.412	24.178.140

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em Reais

1. Contexto Operacional: A Entidade - O Instituto Social Saúde Resgate a Vida é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica constituída juridicamente em 15/01/2006, com o estatuto devidamente registrado no Registro das Pessoas Jurídicas Comarca de Coitia - SP sob nº 60. 558. Sua administração é dirigida pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Superintendência Geral e Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia de Associados e colaboradores. Dentre seus objetivos, o ISSRV prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, artigo 4º) promover e prestar atividades assistenciais, no âmbito da saúde, de natureza médico-hospitalar, diagnóstica e/ou ambulatorial, a toda população, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo ou religião. Promover e incentivar o desenvolvimento, a pesquisa e a capacitação de recursos humanos na área da saúde em diversos níveis. Apoiar a investigação científica na área das ciências da saúde, bem como contribuir para a realização de pesquisas de referência área. Firmar convênios e ajustes congêneres com outras instituições, de natureza pública ou privada, de ensino, pesquisa ou assistência à saúde, prestar serviços e consultorias. Produzir e disponibilizar material didático, entre outros. **Unidade Gerenciada** - Em 12 de novembro de 2019 foi celebrado o contrato de gestão nº 058/2019 entre a Prefeitura Municipal de Mococa e o Instituto Social Saúde Resgate a Vida, presente contendo item 10.000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras. **a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Caixa e Equivalente de Caixa - com restrição:** Composto das contas correntes bancária e aplicação financeira de liquidez imediata até a data do balanço. As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos, apropriados até a data do balanço, de acordo com o regime de competência.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em Reais			
RECEITAS	Nota	2021	2020
Recorta de gestão pública	16	17.971.755	19.326.267
(-) Repasses destinados à aquisição estoque		-	(259.988)
Receitas s/ aplicações financeiras		4.634	11.414
Total de receitas		17.976.389	19.066.693
DESPESAS			
Com pessoal e encargos	(7.501.488)	(8.129.027)	-
Materiais/Medicamentos	(1.811.150)	(1.376.966)	-
Serviços de terceiros	(7.630.392)	(8.591.616)	-
Administrativas e gerais	(1.026.049)	(894.176)	-
Financeiras	(202.310)	(76.908)	-
Total das despesas		(17.976.389)	(19.066.693)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Fluxo de Caixa - Método Indireto - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais

ATIVIDADES DE OPERACIONAIS	2021	2020
Superávit (déficit) do período		
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
- Depreciação e amortização	-	-
Redução (aumento) do ativo		
Estoque	259.988	37.484
Outros créditos	59.583	(60.787)
Subvenções a Receber	15.127.829	(3.751.197)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	1.392.324	2.367.165
Obrigações sociais e fiscais	(276.253)	282.065
Provisão de Férias e encargos	(849.454)	863.224
Subvenções a realizar	(17.711.768)	19.955.712
Parcelamentos de tributos	1.301.102	-
Outros passivos	232.321	259.988
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	(464.328)	2.524.876
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Imobilizados e Intangíveis	-	-
Geração (utilização) de caixa das atividades investimentos		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	(241.720)	(1.566.891)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-	(265.936)
Geração (utilização) de caixa das atividades financiamento	(241.720)	(1.832.827)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(706.408)	692.409
Caixa e equivalentes no início do período	706.459	14.410
Caixa e equivalentes no fim do período	411	706.459
equivalentes (diminuição) no caixa e equivalentes	(706.408)	692.409

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

14. Apuração do Resultado: Em conformidade com o item 12 da Resolução 1.305/10 NBC TG 07 R1, o resultado do exercício é apurado seguindo regime de competência. Ao final do exercício as receitas e despesas são confrontadas de maneira que o resultado apurado seja sempre "zero", a fim de que o resultado não interfira no Patrimônio da Instituição. **15. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas da entidade, bem como as despesas são apuradas mensalmente ao regime de Competência. As receitas são apuradas através dos comprovantes de recebimento, bem como suas despesas através de Notas Fiscais e recibos, conforme as exigências da Lei. Tanto as receitas como as despesas, para efeito de prestação de contas estão demonstradas através do "Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas Contrato de Gestão - Anexo RP 08".

16. Receita de Gestão Pública:			
	2021	2020	
Receita de Gestão Pública	17.971.755	19.326.267	
Total	17.971.755	19.326.267	
17. Serviços de Terceiros: Os Serviços de Terceiros foram compostos da seguinte forma, no exercício de 2021:			
Serviços Médicos	7.347.778	7.813.421	
Serviços de Radiologia	-	251.130	
Serviços de Assessoria	37.114	402.065	
Financeiras	136.000	-	
Laboratório	110.000	125.000	
Total	7.630.392	8.591.616	

Vanessa da Silva Laurindo Mota
Contadora - CT CRC: 15P238505/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
12/11/2021, podendo ser prorrogado, com valor global estimado em R\$ 18.757.940. O contrato foi encerrado no mês de novembro de 2021. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, o que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Não emitimos opinião sobre a estrutura ou o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 6 de maio de 2022.

SGS
SGS Auditores Associados S/S Ltda
CRC 2 SP 024.456/0-4

Presley José Godoy
Contador
CRC 1 SP 185.052/O-5

LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL ON-LINE
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A - CNPJ:08.402.943/0001-52
1º LEILÃO - 30/06/2022 - 14:00 - 02 Lotes de bens móveis
MATÉRIA PRIMA TÊXTIL
(Malha, Meia Malha, Tecido Plano, Ribana, Pique e Canelado)
LOTE 01 - Alprox, 2,820 kg e LOTE 02 - Aprox, 2,520 kg
Localização dos bens: GUARARAPES CONFECÇÕES, ROD.RN 160, S/N, KM 3, Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN
Visitação: Agendar junto ao escritório da Leiloeira/Venda no estado em que se encontram, sem quarantãs
Edital na íntegra, fotos, Lances on-line e info, no site: **leilaojca.com.br - 11 4426-5064** LANCE
Leiloeira Oficial: Cristiane Borgueti Moraes Lopes - JUCESP 661

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001626-49.2021.8.26.0439 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciano Correa Ortega, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A SIMONE FRANÇA DOS SANTOS, Brasileira, Solteira, Prensos do Lar, RG 33.714.824, CPF 12.955.025-09, que reside à Rua Roraima, 1240, 0 Centro, CEP 15370-000, em Pereira Barreto/SP, que lhe propôs uma ação de Monitoria por parte de Unimed de Andradina - Cooperativa de Trabalho Médico, alegando em síntese: A requerida pactou com o requerente em 08.04.2016, Contrato de Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares, com vigência de 01 ano. Não houve pagamento da requerida no período de janeiro a abril de 2020. Conforme previsto no contrato em caso de imputabilidade no pagamento da prestação, sendo cobrados juros de mora de 10% (dez por cento) e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido. O valor devido é de R\$ 1.655,07 (um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sete centavos). Requer a citação da requerida para pagamento do valor de R\$ 1.655,07, bem como para o pagamento dos honorários advocatícios de 5% do valor atribuído a causa. Deverá ser acrescido de custas e despesas processuais, caso não haja o pagamento no prazo previsto no artigo 701, § 1º do CPC. Não havendo pagamento do débito e honorários de 5%, e não sendo apresentados embargos, no prazo legal, ou, se apresentados, forem rejeitados, requer seja constituído de pleno direito o título executivo judicial nos termos do artigo 702, §§ 2º e 8º, do CPC. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Pereira Barreto, aos 22 de junho de 2022.

Edital De Intimação - Prazo De 20 Dias. Processo Nº 000943-55.2022.8.26.014 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de Campinas, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Manzini, na forma da Lei, etc. Faz Saber a) Francisco Antonio Vezalli Rosa, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Fundação Centro Médico de Campinas. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua intimação Por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 5.418,92, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcrito o período acima indicado será de pagamento voluntário, iniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais. Dado e passado nesta cidade de Campinas, aos 11 de maio de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005272-25.2020.8.26.0529 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Dr(a). Roseane Cristina de Aguiar Almeida, na